

Considerações sobre o conceito de civilização em Norbert Elias

SILVIA LIMA DE AQUINO*

Resumo

A proposta colocada por este artigo é a de estabelecer uma reflexão a respeito do conceito de civilização presente nos trabalhos desenvolvidos por Norbert Elias. Para tanto, nos basearemos na análise deste conceito presente nas obras “*O Processo Civilizador*” volumes 1 e 2 e “*Escritos & Ensaios 1 -Estado, Processo, Opinião Pública*”. A tentativa de esboçar observações relativas a um conceito tão importante para obra de Elias, de certo modo, nos fornece indicações que podem contribuir para compreensão da metodologia privilegiada em sua análise sociológica. Tal método de análise é considerado, de certo modo, “processual”, na medida em que se apoia na ideia de história longa, cujo olhar é voltado para as transformações de longo prazo ocorridas tanto na sociedade quanto nas estruturas das personalidades dos indivíduos.

Palavras-chave: Norbert Elias; Civilização; análise processual.

Abstract

The purpose of this paper is to establish a reflection on the concept of civilization found in some works of Norbert Elias. Thus, we will base the analysis of this concept in the works “*O Processo Civilizador*” volumes 1 and 2 and “*Escritos & Ensaios 1 -Estado, Processo, Opinião Pública*”. The attempt to draw comments on a concept so important to the work of Elias, can provide us with information that can contribute to understanding of the methodology privileged in his sociological analysis. This analysis method is considered in some way, "procedural" because it is based on the idea of long history, where reflection is focused on the long-term changes occurring both society and the structures of the personalities of individuals.

Key words: Norbert Elias; Civilization, analysis procedure.



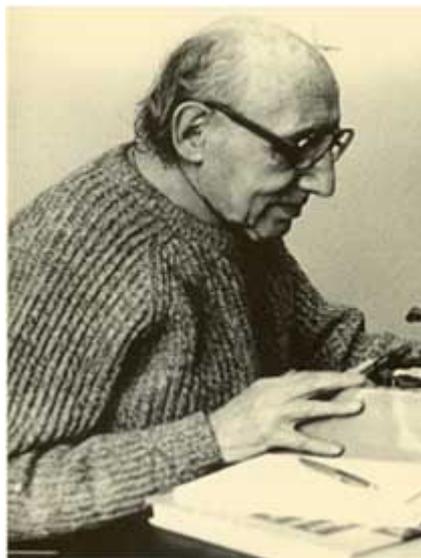
* SILVIA LIMA DE AQUINO é doutoranda pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ.

Introdução

Neste trabalho procuraremos estabelecer uma discussão a respeito do conceito de civilização, um dos principais termos utilizados nas análises empreendidas por Norbert Elias. Para tanto, nos apoiaremos nas obras “O Processo Civilizador” e “Escritos & Ensaio 1 - Estado, Processo, Opinião Pública”. A primeira obra está dividida em dois volumes, sendo que o número 1 traz como tema central o debate sobre o que Elias chama de “uma história dos costumes”, ao passo que o volume 2 apresenta as idéias do autor a respeito da formação do Estado e civilização (BRANDÃO, 2001). Já a segunda obra torna-se interessante por possuir um verbete denominado “civilização”, onde Elias aborda diretamente as delimitações deste conceito.

A tentativa de esboçar observações relativas a um conceito tão importante para obra de Elias, de certo modo, nos fornece pistas acerca do teor de sua análise sociológica, considerada por muitos como “processual”, na medida em que o mesmo preocupa-se com as transformações de longo prazo ocorridas tanto na sociedade quanto nas estruturas das personalidades dos indivíduos. Isto pode ser evidenciado nas próprias observações de Elias (1990, p. 210), quando defende, por exemplo, que

“é indispensável que o conceito de processo seja incluído em teorias sociológicas ou de outra natureza que tratem de seres humanos.” E quando explica que “quando



Norbert Elias (1897-1990)

trabalhara neste livro¹, pareceu-me muito claro que estava lançando os alicerces de uma teoria sociológica não-dogmática, empiricamente baseada, de processos sociais em geral e de desenvolvimento social em particular” (ELIAS, 1990, p. 216).

Ao buscar a definição para a ideia de civilização, Elias (1990) lança mão de uma digressão. Assim, estabelece uma espécie de trajetória até chegar à gênese do conceito. Para tanto, toma como pano de

fundo as diferenças do significado atribuído ao conceito de civilização, ao longo do processo histórico, entre França e Inglaterra, de um lado e Alemanha, de outro. Sua análise está preocupada em compreender como os fenômenos e processos sociais se posicionam sob o eixo do desenvolvimento histórico (HEINICH, 2001). Para o autor, poucos estudiosos desenvolvem análises fundadas em uma perspectiva processual, em que a mudança é tomada como uma característica fundamental da sociedade. Neste sentido, ele menciona como exemplo a metodologia científica e a teoria sociológica desenvolvidas por Talcott Parsons, autor considerado um importante teórico no campo da Sociologia.

Elias (1990) defende que Parsons, ao buscar estudar os diferentes tipos de sociedade e, por conseguinte, os diferentes tipos de relacionamentos desenvolvidos no interior destas sociedades – o que envolve, por exemplo, a relação entre estrutura social

¹ Elias se refere à obra “O processo civilizador: uma história dos costumes (vol. 1).”

e personalidade – trata tais problemas como sistemas. Esta interpretação faz com que o autor conceba os conceitos de forma estática, reduzindo processos a estados. Além disso, o leva a abordar situações sociais dinâmicas como se estivessem em “estado de repouso”. Com esse exemplo, Elias (1990, p. 214) conclui que:

Os estudos empíricos de transformações a longo prazo de estruturas de personalidade, e em especial de controle das emoções, dão origem a grandes dificuldades no estágio atual de pesquisas sociológicas.

Cabe ressaltar que quando nos referimos à “sociologia de Elias”, de modo algum estamos fazendo alusão a um método único que tivesse sido proposto pelo autor, mas com essa alusão apenas buscamos salientar uma forma de análise que percebemos ser, em certa medida, comum as suas principais de suas obras.

Como surgem os conceitos?

Cada ciência investiga os seus fundamentos procurando conceitos para os objetos que estudam, uma vez que as diferentes representações a respeito dos conceitos contribuem para a construção de teorias. Estabelecer um conceito significa explicá-lo tendo em vista a sua raiz etimológica e/ou contexto em que ocorre, pois seu sentido está diretamente relacionado à época em que está situado. Conseqüentemente, a representação que temos dele pode variar em função do processo histórico. Assim, “*é a tradição que determinará qual dos conceitos apresentados numa dada época ficará a representar o pensamento dessa época*” [para um determinado grupo] (CEIA, 2010, p. 1). Como conceitos estão diretamente ligados às representações e interpretações dadas a algo em um determinado momento histórico, torna-se fundamental que a busca pela sua

definição considere a sua trajetória, ao invés de propor-lhe uma regra definitiva, fixada *a priori* (CEIA, 2010).

Em sua obra “O Processo civilizador” volume 1, ao abordar os significados dos termos *kultur* e civilização, Elias (1990) desenvolve uma reflexão, ainda que breve, direcionada ao processo de surgimento e validade dos conceitos presentes na sociedade. De acordo com este autor, a forma como definimos um conceito está estreitamente ligada a um conjunto específico de situações históricas. Deste modo, conceitos só ganham sentido na base de experiências comuns. Estas experiências, por sua vez,

(...) Crescem e mudam com o grupo do qual são expressão. Situação e história do grupo refletem-se nelas. E permanecem incolores, nunca se tornam plenamente vivas para aqueles que não compartilham tais experiências, que não falam a partir da mesma tradição e da mesma situação (ELIAS, 1990, p. 26).²

Desta forma, conceitos não representam necessidades individuais, mas se configuram em necessidades de expressão coletiva. E a história coletiva também se cristaliza neles. Em muitos casos, não se sabe bem, de imediato, porque o significado e delimitação de dado conceito estão associados à determinada palavra. Na maioria das vezes os conceitos são apenas utilizados e tomados como algo natural, visto que são apreendidos desde a infância (ELIAS, 1990). Por isso, comumente, o processo social responsável por sua construção é esquecido:

Uma geração os transmite a outra sem estar consciente do processo como um todo, e os conceitos

² Assim como Ceia (2010), Elias (1990) também destaca o papel do elemento “tradição” na consolidação dos conceitos.

sobrevivem enquanto esta cristalização de experiências passadas e situações tiver um valor existencial – isto é, enquanto gerações sucessivas puderem identificar suas próprias experiências no significado das palavras (ELIAS, 1990, p. 26).

Assim, Elias (1990) observa que os conceitos não são “eternos”. À medida que as funções e experiências na vida cotidiana da sociedade se desvinculam dos mesmos, estes vão desaparecendo. Em alguns casos os conceitos podem apenas “adormecer” e, em um determinado momento, ressurgir com uma nova roupagem. Deste modo, tendo em vista o contexto em que estão colocados, os conceitos podem adquirir um novo valor existencial. Eles podem também serem retomados porque algum acontecimento no presente da sociedade encontra expressão no significado cristalizado no passado, exprimido nas palavras (ELIAS, 1990).

O conceito de Civilização

De acordo com o dicionário da Língua Portuguesa Michaelis (2010)³ o termo civilização pode ser definido da seguinte maneira: “*sf (civilizar+ção) 1. Estado de adiantamento e cultura social. 2. Ato de civilizar. 3. (Sociol) Acumulação e aumento de habilidades manuais e de conhecimentos intelectuais e a aplicação deles. 4. (Antrop e Arqueol) Ver cultura, acepção 10.*” Já o Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio (2009) define civilização como:

1. O conjunto dos aspectos da vida material e cultural de um grupo social em qualquer estágio de seu desenvolvimento. 2. Essas características no mais alto grau de sua evolução, *esp.* o progresso

alcançado no mundo contemporâneo. 3. A cultura (2) própria de um povo, de uma coletividade, numa determinada época. [Pl.: -ções].

As definições apresentadas acima nos dão pistas de como este significado rotineiramente é tomado na língua portuguesa. Nelas percebemos por um lado, que o conceito de civilização, comumente, está associado à noção de progresso. Portanto, sob esta perspectiva, civilização corresponderia a um processo evolutivo vivenciado pela sociedade, em que os sujeitos deixariam um estágio considerado inferior, em direção a um estágio classificado como superior. Desta forma, esta interpretação dotada de uma carga visivelmente valorativa, supõe que as sociedades ao longo do processo histórico caminhariam em uma direção avaliada como melhor.

Por outro lado, segundo estas definições, o significado de civilização pode dizer respeito tanto ao coletivo de indivíduos de uma nação, quanto pode estar associado ao termo “cultura” e, no sentido dado pelos dicionários, se referir ao conjunto de valores e crenças de determinado povo. Diante disso, retomamos as observações de Elias (1990), que assevera que alguns grupos tornam-se sim mais civilizados quando comparados com outros. No entanto, segundo o autor, isto não implica, necessariamente, que os mesmos tornem-se melhores ou piores, ou então que tenha valor positivo ou negativo tornar-se mais civilizado.

Percebemos que a acepção deste termo apresentada pelos citados dicionários se encaixa, de certo modo, nas observações feitas por Elias (1990), a qual considera que determinados conceitos são utilizados há tanto tempo que na maioria das vezes são naturalizados, pouco

³<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=civiliza%E7%E3o>

questionados, adotados como verdade, como se fossem auto-explicativos. Assim, torna-se comum a utilização do termo “civilização” sem se levar em consideração o seu caráter originalmente processual (ELIAS, 2006). Neste sentido, para este autor o conceito de civilização pode aludir:

(...) A uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conceitos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira de como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo poder judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, não há nada que possa ser feito de forma civilizada ou incivilizada. Daí ser sempre difícil sumarizar em algumas palavras o que se pode descrever como civilização (ELIAS, 1990, p. 23)

Ante a esta variedade de possibilidades de sentidos para a ideia civilização, cabe a Sociologia o papel de problematizar o significado, a abrangência e os limites do conceito, procurando desconstruir afirmações tomadas como estáticas e imutáveis, de forma a estabelecer uma reflexão sobre fenômenos sociais como este, ultrapassando as fronteiras do senso comum. De acordo com Elias (1990), um dos caminhos para isso repousa na busca da gênese do conceito, bem como dos processos sociais que conduziram a sua transformação ao longo do tempo.⁴

Civilização versus kultur

Ao estabelecer a definição para civilização Elias (1990) desenvolve uma reflexão calcada em dois processos

⁴ Assim, para Elias (1990: 72) é fundamental rastrear “(...) a transformação de conceitos através dos quais diferentes sociedades procuram se expressar (...)”.

fundamentais para a sua análise sociológica: a *sociogênese* e a *psicogênese*.⁵ O primeiro processo, *grosso modo*, refere-se às mudanças gerais e de longa duração sofridas pela sociedade. Já o segundo representa as transformações de longa duração ocorridas nas estruturas de personalidade dos indivíduos que, por sua vez, resulta em uma vasta gama de modificações nos seus comportamentos⁶.

Desta feita, Brandão (2001, p. 11) acrescenta que juntas a sociogênese e a psicogênese acomodam uma “*conjunção original de perspectivas micro e macrosociológicas*” que só podem ser compreendidas de forma relacional e dinâmica. Para Elias (1990) não há como separar estes dois processos, na medida em que: “*estruturas de personalidade e da sociedade evoluem em uma inter-relação indissolúvel*” (ELIAS, 1990, p. 221); (Brandão, 2001). Isto significa

⁵ Ao partir destes processos o autor analisa a ocorrência de vários elementos como o surgimento dos Estados-nação (Elias, 1993); a emergência da Economia e da Sociologia (Elias, 2006), bem como a definição do conceito de civilização (Elias, 1990; 1993). E, ao abordar o último elemento, Elias examina, paralelamente, o curso das sociedades ocidentais, fundamentando-se em uma linha histórica ascendente no tempo, de modo que as trajetórias percorridas pela sociedade se refletem nos caminhos percorridos pelos indivíduos. Neste sentido, verifica-se que Elias confere relevância ao micro e a partir disso atribui sentido ao macro (MARTINE e COSTA, 2005).

⁶ De acordo com Ribeiro (1989), Elias (1990) defende a ideia da existência de um sentido na história. Deste modo, na concepção deste autor, fenômenos aparentemente examinados na escala do tempo imediato em que ocorreram, muitas vezes apresentam-se carentes de sentidos. No entanto, estes podem revelar seu nexos se forem submetidos a uma análise de longo prazo. Neste sentido, verifica-se que Elias (1990) assume o exame de “processos de longa duração” como a escala mais adequada para se estudar as transformações sofridas tanto pelas estruturas sociais quanto pelas estruturas individuais ao longo da história.

que, na perspectiva deste autor, é impossível analisar a sociedade desvinculada do indivíduo e *vice e versa*, bem como concebê-los de maneira estanque:

Pode-se dizer com absoluta certeza que a relação entre o que é denominado conceitualmente de “indivíduo” e de “sociedade” permanecerá incompreensível enquanto esses conceitos forem usados como se representassem dois corpos separados, e mesmo corpos habitualmente em repouso, que só entram em contato um com o outro depois, por assim dizer (ELIAS, 1990, p221).

De acordo com Elias (1990) se examinarmos as diversas definições para a ideia de civilização que ele apresentou anteriormente – incluímos aí aquelas veiculadas pelos dicionários que expusemos nas páginas anteriores – constatamos que este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo. Por isso, seu significado é responsável por sintetizar tudo em que a sociedade ocidental nos últimos dois ou três séculos se julga superior às sociedades mais antigas ou as sociedades contemporâneas consideradas “mais primitivas.” Ora,

Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo e muito mais (ELIAS, 1990, p. 23).

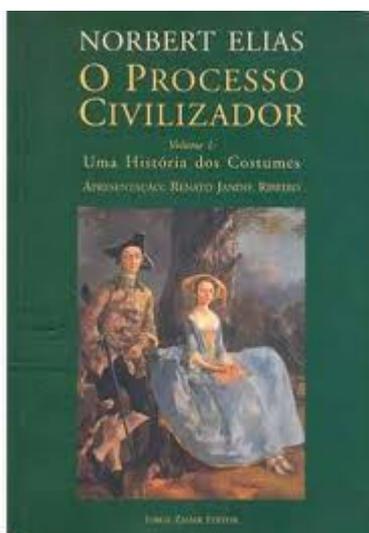
Diante disso Elias (2006) afirma que se o objetivo é o de se atribuir significado ao conceito de civilização torna-se

fundamental saber a que elementos comuns e invariáveis dos seres humanos, assim como a que elementos diversos variáveis este conceito se refere (ELIAS, 2006). Com esta finalidade – tendo em vista esta constatação, bem como os processos de psicogênese e sociogênese – Elias (1990) realiza um resgate histórico⁷ do desenvolvimento do conceito de civilização. Seu objetivo é o de examinar os diferentes significados ao longo do tempo conferidos a este termo, principalmente por três nações européias: A França e Inglaterra de um lado e Alemanha de outro⁸.

Além disso, ainda integrando o esforço de delimitação do sentido de civilização Elias (1990, p. 15) coloca a necessidade de considerar o conceito de *kultur* utilizado pelos alemães, bem como

“(…) a maneira como ao longo da história, os alemães vêm interpretando o comportamento de franceses e ingleses, e como franceses e ingleses veem o comportamento alemão”.

Apesar de constatar que o termo civilização, em geral, caracteriza-se por representar a consciência que o Ocidente tem de si, ao verificar as transformações na definição do conceito sofridas ao longo do processo histórico, Elias (1990) observa que este não possui exatamente o mesmo significado para as diferentes



⁷ Ver nota anterior.

⁸ Nas palavras de Elias (1990, p 15), “a fim de facilitar a compreensão deste livro e, destarte, servir como introdução às próprias questões, afigura-se-nos necessário examinar os significados e entendimentos atribuídos ao conceito de ‘civilização’ na Alemanha e na França.” Apesar de também falar do significado desde conceito para os ingleses, Elias (1990) volta a sua atenção para a França e Alemanha.

nações ocidentais, em especial para a França e Inglaterra bem como para a Alemanha. De acordo com Elias (1990) a explicação para essa diferenciação está relacionada ao contexto político vivenciado por estes países no século XVIII.

Deste modo, o autor explica que para franceses e ingleses civilização é um conceito que abarcava a importância e o orgulho que estes têm da contribuição dada pela sua nação ao progresso do Ocidente e da humanidade, por isso seu sentido minimiza as diferenças nacionais. Já para os alemães a ideia de civilização não carregava o cunho universalista observado na França e Inglaterra. Apesar de significar algo útil, seu alcance era limitado a uma classe social específica: a aristocracia cortesã. Esta classe social almejava aproximar seu comportamento daquele adotado pelos franceses, sujeitos considerados portadores de um modo de ser e agir ideais. Por isso este comportamento era tomado pela aristocracia cortesã alemã como sinônimo de superioridade e a sua adoção se configurava em uma forma distinção (ELIAS, 1990); (MOURA, 2009). Entretanto, Elias (1990) observa que a tentativa de adoção do modo de conduta francês pela aristocracia cortesã alemã resultava em uma imitação grotesca e sem criatividade da produção cultural existente na França.

Todavia, Alves (2009) assevera que a classe média letrada alemã não se identificava com este tipo de vivência cortesã e a classificava como um setor fútil e artificial. Desta forma, enquanto a aristocracia cortesã alemã aspirava assumir um comportamento característico dos franceses, a classe média burguesa da Alemanha buscava afastar-se desta forma de conduta, de modo a fortalecer aspectos considerados constitutivos da sociedade alemã

(MOURA, 2009). Assim, para esta classe o termo civilização expressava diretamente um valor de segunda categoria, associado apenas a aparência externa dos indivíduos (ELIAS, 1990).

Esta diferenciação na valorização da forma de conduta francesa, segundo Moura (2009) era apenas a parte visível de uma barreira social muito mais profunda entre as duas classes alemãs, que encobria, dentre outros fatores, a revolta da classe média por sua completa exclusão na participação dos negócios do Estado. Entretanto, esta situação ao mesmo tempo em que colocava a classe média alemã em uma posição de inferioridade em relação à aristocracia cortesã, mais tarde se configuraria em um elemento fundamental para que – na busca da recuperação de sua auto-estima e suplantação da aristocracia – esta passasse a valorizar elementos especificamente alemães. Neste sentido, o conceito alemão que se aproximaria da definição de civilização atribuída pelos franceses, ou seja, que significaria o orgulho dos alemães em virtude de suas próprias realizações corresponderia ao vocábulo *kultur*. Este, difundido principalmente pela elite intelectual alemã – que não pertencia à aristocracia cortesã – expressava a valorização de fatos intelectuais, artísticos e religiosos alemães (ELIAS, 1990).

No entanto, cabe ressaltar que embora o conceito de *kultur* se aproximasse do sentido dado à civilização tanto pelos franceses quanto pelos ingleses, ele estava associado apenas ao valor que a pessoa tem em virtude de suas realizações. Ao passo que civilização na acepção inglesa e francesa possuía um sentido mais amplo, abarcando fatos políticos, econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais. Por isso, podia se referir tanto a realizações dos

indivíduos quanto apenas a sua conduta, seu comportamento (ELIAS, 1990).

Logo, constata-se que, enquanto civilização na acepção francesa e inglesa transmite a idéia de processo, algo que se move incessantemente “para frente”, *kultur* faz alusão a produtos humanos, artigos materiais como obras de arte, livros, etc. Além disso, com o conceito de civilização tanto franceses quanto ingleses procuravam reduzir as diferenças nacionais, representando o que há de comum a todos os seres humanos – daí a relação deste conceito com uma intenção expansionista de grupos colonizadores que colocavam a necessidade levar seu modo de ser e agir a outras nações. Com o termo *kultur* os alemães procuravam enfatizar as diferenças nacionais e as identidades particulares de seus grupos (ELIAS, 1990).

Diante disso, segundo Elias (1990) percebe-se que o conceito de *kultur* expressa diretamente à condição da Alemanha no século XVIII, uma nação que tardiamente para os padrões ocidentais, conseguiu garantir a unificação política e de seus territórios, que freqüentemente, especialmente no contexto da Primeira Guerra Mundial, ameaçavam se separar. Por isso, expressa a consciência de si mesma de uma nação que teve de buscar e constituir incessante e novamente suas fronteiras. Dito isso, Elias (1990) conclui que apesar de, em certa medida, conter sentidos distintos, estes conceitos expressam a auto-imagem que as mencionadas nações têm de si. Esta auto-imagem, por sua vez, corresponde à forma que estes julgam que a humanidade deve assumir e seguir.⁹

⁹ Desta forma, Elias (1990) verifica que a palavra alemã que mais se aproximaria do conceito ocidental de civilização seria *kultiviert* (cultivado). Esta palavra tal como a palavra

Abordando ainda a sociogênese do conceito de civilização, Elias (1990) observa que diferentemente da Alemanha, em que havia uma cisão entre a aristocracia cortesã e a classe média, na França a burguesia foi incorporada muito cedo aos meios cortesãos. Com isso, este estrato social logo adotou as formas de conduta deste ambiente de poder. Deste modo, no século XVIII o comportamento burguês e aristocrático já não apresentavam grandes diferenças entre si. Assim, devido a essa interpenetração de comportamentos, no contexto francês o conceito de civilização deixou de ser exclusivamente atribuído na e pela aristocracia e passou a se estender ao resto do país. Dito isso, Alves (2009, p. 5) defende que para Elias (1990):

(...) A diferença sociogenética destes dois conceitos entre a Alemanha e a França é simples: na Alemanha, a sociedade de corte não conseguiu generalizar à restante sociedade, daí que se tenha imposto como conceito nacional uma palavra que exprime oposição à vida cortesã, ao passo que na França, este processo de assimilação dos moldes cortesãos pela burguesia e restantes camadas sociais, foi bem sucedido, resultando a identificação nacional francesa no conceito que designa precisamente as relações na corte.

Alves (2009, p. 5) observa ainda que, após constatar as diferenças entre o desenvolvimento de dois conceitos em duas nações com percursos tão díspares, para chegar à definição do sentido de civilização Elias (1990) “*volta-se para a evolução do modelo que vingou na Europa ocidental sob a esfera cultural francesa*”. Assim, sempre trabalhando com a idéia de processos de longa duração, o autor faz uma digressão até

civilizado, refere-se à conduta ou ao comportamento de determinado indivíduo.

chegar aos conceitos que julga anteceder este sentido: as palavras *courtoisie* (cortesia) e *civilité* (civildade). Landini (2005) ressalta que, com este esforço, a questão que o autor se propõe é a de responder como e por que a sociedade ocidental passou de um padrão para o outro, isto é, do padrão de civildade para o de civilização. Neste sentido Pila (2003, p. 3) explica que:

Cortesia, segundo Elias, refere-se às formas de comportamento das grandes cortes feudais. (...) Durante a Idade Média o conceito vai perdendo sua limitação e passa também a se referir aos comportamentos dos círculos burgueses. Com a lenta extinção da nobreza guerreira e a formação de uma nova aristocracia ao longo dos séculos XVI e XVII, “o conceito de civildade elevou-se lentamente à categoria de comportamento social aceitável”. A partir do século XVII (...) o conceito de cortesia cai em desuso. Da mesma maneira, ao longo do século XVIII, o conceito de civildade, com o lento aburguesamento da sociedade de corte, cai de moda, perdendo espaço para civilização. O conceito de civilização afirma-se na França na segunda metade do século XVIII. Sua primeira evidência literária aparece do verbo civilizar e deriva para o conceito de *civilização*, onde é encontrada na obra de Mirabeau na década de 1760. No século XVI são encontrados dois significados para civilização: “Levar à civildade, tornar civis e brandos os costumes e as maneiras dos indivíduos”. E: “em jurisprudência: tornar civil uma causa criminal”. (...) A partir do século XVIII, o conceito civilização passa a ter a função de “expressar a auto-imagem da classe alta européia em comparação com os outros (...)”.

A partir dessa formulação observamos que as transformações experimentadas

na passagem do conceito de cortesia para civildade e de civildade para civilização representam o desejo de distinção social materializado através de um processo de refinamento incessante do comportamento por parte dos cortesãos. Este refinamento, por sua vez, foi imitado pela burguesia, cujo prestígio apoiava-se inicialmente não no nível de capital possuído, mas na nobreza e adoção das práticas consideradas elegantes oriundas da classe cortesã (ALVES, 2009); (ELIAS, 1990). Assim, verifica-se que na sociedade francesa o sentido de civilização:

(...) Constitui um contraconceito geral a outro estágio da sociedade, a barbárie (...). Assim a civilização não é apenas um estado, mas um processo que deve prosseguir (...) [Ela] absorve muito do que fez a corte acreditar ser – em comparação com os que vivem de maneira mais simples, mais incivilizada ou mais bárbara – um tipo mais elevado de sociedade: a ideia de um padrão moral de costumes, isto é, tato social (ELIAS, 1990, p. 62).

Neste sentido, de acordo com Elias (1993) a imitação e propagação progressivas dos comportamentos cortesãos ocorriam em uma direção específica e esta direção era fundamentada na modificação da conduta e sentimentos humanos, bem como:

No afastamento e dissimulação das funções corporais de cada indivíduo, à diminuição do contacto físico quotidiano e espontâneo com os outros, à crescente individualização e isolacionismo sociais, ao aumento do pudor, da auto-repressão dos instintos, ao recuo dos espaços lícitos à violência física monopolizada pelo Estado ou regulamentada em forma de jogo e com base em critérios de pura hierarquia social e de lógica de

poder, não racionais, não científicos, já que os argumentos de higiene e saúde surgem posteriormente (ALVES, 2009, p. 7).

Segundo Elias (1993, p. 194), apesar de não ser planejado previamente, este processo ocorre, sobretudo, por que:

Planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. Esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isolados, pode dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem *sui generis*, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem. É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz ao processo civilizador.

Perante este argumento podemos perceber que a ideia de civilização corresponde a um percurso de aprendizagem involuntária, que teve início nos primórdios do gênero humano e que não tem fim, apenas uma direção definida (LANDINI, 2007). Para Elias (2006), de certo modo, isto significa que não há como afirmar que indivíduos ou sociedades sejam, enfim, “civilizados”, restando apenas à possibilidade de comparação entre diferentes sociedades, com o intuito de vislumbrar o nível de civilização de cada uma.

Considerações finais

Elias (1990) assevera que civilização é um conceito que denota a consciência que o Ocidente tem de si, por oposição aos chamados “bárbaros” ou “incivilizados”. Neste sentido, seu significado sintetiza a crença que suas nações têm de que suas sociedades são

superiores e, por conseguinte, mais avançadas que as sociedades anteriores ou as sociedades contemporâneas consideradas “primitivas”. Assim, diante da naturalização deste conceito, o autor defende que “a ‘civilização’ que estamos acostumados a considerar como uma posse que nos chega aparentemente pronta e acabada sem que perguntemos como viemos a possuí-la é um processo que nós mesmos estamos envolvidos (ELIAS, 1990, p. 73).”.

Deste modo, através de uma análise direcionada as sociedades francesa e alemã, este autor demonstra como o sentido deste conceito que, a primeira vista, se apresenta como “auto-explicável” é resultado de um processo contínuo e incessante de transformações de longa duração, tanto nas relações do indivíduo ocidental com seu corpo, sentimentos e pulsões quanto nas estruturas sociais.

Com efeito, Elias (2006) conclui que embora reconheçamos que não somos civilizados por natureza é preciso considerar que possuímos por natureza uma disposição que torna possível, sob determinadas condições, uma civilização. Estas condições estão ligadas, dentre outros fatores, ao aprendizado em sociedade. E é este aprendizado, calcado na compreensão, adoção e partilha de formas de conduta, que torna possível que convivamos no espaço social onde estamos inseridos. Ora, nenhum ser humano chega civilizado ao mundo. O processo civilizador individual que ele, obrigatoriamente, sofre é uma função do processo civilizador social.

Assim, “o processo universal de civilização individual pertence tanto às condições da individualização do ser humano singular como às condições da vida social em comum dos seres humanos (Elias, 2006, p. 21)”. Neste

sentido, tendo em vista as reflexões de Norbert Elias, mais uma vez verificamos a impossibilidade de pensar as transformações estruturais na sociedade, que modificaram e deram corpo, por exemplo, ao conceito de civilização que temos hoje, desvinculadas das mudanças na personalidade dos próprios indivíduos.

Referências

ALVES, Catharina Edna Rodriguez. O processo civilizador e o estudo do desenvolvimento humano como objetivos contemporâneos. In: XII Simpósio Internacional Processo Civilizador, Recife, nov. de 2009. **Anais XII Simpósio Internacional Processo Civilizador**, 2009. Disponível em: www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/.../C_Alves.pdf. Acesso: 12 mar. 2010.

BACHELARD, G. **O novo espírito científico**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda, 1968.

BRANDAO, C. F. A teoria dos processos de civilização e o controle das emoções. **Revista Conexões** v. 6, 2001. Disponível em: <http://polaris.bc.unicamp.br/seer/feef/viewarticle.php?id=192>. Acesso: mar.2010.

_____. **A teoria dos processos de civilização de Norbert Elias: o controle das emoções no contexto da psicogênese e da sociogênese**. (Tese de Doutorado) Marília, SP: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2000.

CEIA, Carlos. Conceito. **E - Dicionário de Termos Literários**. Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/C/conceito.htm>. Acesso: mar. 2010.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do Estado e Civilização (vol. 2)**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1993.

_____. **O processo civilizador: uma história dos costumes (vol. 1)**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1990.

_____. Federico NEIBURG e Leopoldo WAIZBORT (orgs.). **Escritos & ensaios**. Vol. 1: *Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

HEINICH, N. **A Sociologia de Norbert Elias**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001.

LANDINI, Tatiana Savoia. A sociologia processual de Norbert Elias. In: IX Simpósio Internacional Processo Civilizador - Tecnologia e Civilização, 2005, Ponta Grossa - Paraná. **Anais do IX Simpósio Internacional Processo Civilizador**, 2005. Disponível em: www.pg.cefetpr.br/ppgep/Ebook/cd_Simpósio/.../art27.pdf. Acesso: Mar. 09 de 2010.

_____. **Escritos & Ensaios: Norbert Elias em perspectiva (resenha)**. **RBCS**, v. 22, p. 169-173, 2007.

MARTINI, Renato Ramos; COSTA, Janaína Alexandra Capistrano da. A Sociologia de Norbert Elias: uma tentativa de desconstrução da oposição indivíduo-sociedade. **Rev. FAFIBE On-Line: Bebedouro/SP** – v. 1, jul. 2005. Disponível em: http://www.fafibe.br/revistaonline/arquivos/047-renato-a_sociologia_de_norbert_elias.pdf. Acesso: 09 de mar. de 2010.

MOURA, Caio. O advento dos conceitos de cultura e civilização: sua importância para a consolidação da autoimagem do sujeito moderno. **Filosofia Unisinos**, 10 (2):157-173, mai/ago 2009. Disponível em <http://www.revistafilosofia.unisinos.br/pdf/150.pdf>. Acesso em 18 de mar.2010.

PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. Manuais de civilidade, modelos de civilização. **História em Revista**. Vol. 09, dez. 2003. Disponível em: http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_09_maria_pilla.pdf Acesso: 16 mar. 2010.

RIBEIRO, Renato Janine. Apresentação (1989). In: **O processo civilizador: uma história dos costumes (vol. 1)**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.